

Inclusão de alunos com deficiência: desafios dos educadores nas escolas municipais de Cachoeira do Sul/RS

Inclusion of students with disabilities: challenges for educators in the municipal schools of Cachoeira do Sul/RS

Taís Schmidt Bordignon

Pós-graduação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Rio Grande e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Email: taisbordignon@hotmail.com

Sirlei Glasenapp

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O doutorado sanduíche foi desenvolvido na Universidade de Évora, Portugal. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1998). Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Administração e Desenvolvimento, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento rural; desenvolvimento humano; instituições; teorias da administração; mudança organizacional, estratégia. Email: sirlei.glasenapp@ufsm.br

David Lorenzi Junior

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Luterana do Brasil (2003) e mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2006). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria do Departamento de Ciências Administrativas/CCSH do Mestrado Profissional de Gestão das Organizações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Administração PPGA/UFMS. Tem experiência na área de Administração atuando principalmente nos seguintes temas: logística, gestão da qualidade, administração pública e responsabilidade social. Email: daviorenzi@yahoo.com.br

Luciane Ines Matte

Mestra em Gestão de Organizações Públicas do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFMS. Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Atualmente é Contadora da Universidade Federal de Santa Maria. Atuou como Instrutora da ESAF no Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Pública do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, com ênfase em Contabilidade Pública. Email: luluhmatte@gmail.com

Resumo

Este estudo teve por objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores e orientadores pedagógicos que possuem alunos com deficiência em suas turmas, nas escolas municipais de ensino fundamental de Cachoeira do Sul/RS. Neste sentido, o estudo pode ser caracterizado como qualitativo. A coleta de dados, necessária para a elaboração deste estudo foi realizada por meio de consulta em textos e documentos, da aplicação de entrevista semiestruturada e de questionário. A pesquisa ocorreu com professores e orientadores pedagógicos de nove escolas de ensino fundamental da rede municipal de educação do município de Cachoeira do Sul/RS. Pode-se inferir que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular está relacionada ao paradigma da educação para todos. Os resultados desta investigação apontam para a importância dos espaços físicos de maior acessibilidade nas escolas, materiais didáticos e profissionais especializados pelas suas equipes diretivas em conjunto com a Secretaria de Educação do município.

Palavras-Chave

Alunos com deficiência; educação inclusiva; inclusão escolar; ensino público municipal.

Abstract

This study aimed to analyze the challenges faced by teachers and pedagogical advisors who have students with disabilities in their classes, in municipal elementary schools in Cachoeira do Sul/RS. In this sense, the study can be characterized as qualitative. Data collection, necessary for the preparation of this study, was carried out through consultation in texts and documents, through the application of semi-structured interviews and a questionnaire. The research took place with teachers and pedagogical advisors from nine elementary schools in the municipal education network in the city of Cachoeira do Sul/RS. It can be inferred that the inclusion of students with disabilities in regular education is related to the education for all paradigm. The results of this investigation point to the importance of physical spaces with greater accessibility in schools, teaching materials and specialized professionals by their management teams in conjunction with the municipality's Department of Education.

Keywords

Students with disabilities; inclusive education; school inclusion; municipal public education.

Introdução

A educação inclusiva tem sido um grande desafio aos professores que buscam promover o desenvolvimento dos alunos com deficiência, constituindo-se em uma temática de grande relevância. Garantir oportunidade de educação para todos, considerando a igualdade de possibilidades em acessar uma escola regular e a qualidade de ensino, tudo isso observando as peculiaridades de cada aluno, faz com que o direito à educação seja respeitado, atingindo o objetivo da inclusão escolar.

De acordo com Nascimento (2014), é preocupante o fato de muitas escolas ainda não assegurarem uma educação de qualidade e ter uma prática que é mais excludente do que inclusiva. Grande parte das escolas não apresentam condições estruturais e didático-pedagógicas satisfatórias para atender todas as crianças, além de discriminar também os marginalizados. É preciso transformá-las, e esta transformação depende de cada um, da sociedade em geral e principalmente dos professores, pois é um passo importante para que os alunos sejam recebidos em sala de aula.

A inserção do aluno com deficiência no sistema regular de ensino é um tema de suma importância, pois carece de constante reanálise das práticas inclusivas, já que embora existam várias conquistas, ainda há diversas barreiras a serem transpostas. A Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) aborda no ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, em que busca eliminar disparidades incluindo pessoas com deficiência (ONU, 2021). Neste sentido, trazer perspectivas diversas sobre o assunto auxilia na busca de novas maneiras e soluções sobre a ideia da inclusão.

O processo de inclusão de alunos com deficiência, ganhou destaque ao longo dos anos, principalmente no que se refere a inserção de alunos em sala de aula. Segundo Reis e Ross (2018, p.1), "esse movimento faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola". O Brasil integra o grupo de países que assinou a Declaração de Salamanca em que se inseriu na arena de acordos internacionais, assumindo um compromisso de construir um sistema educacional inclusivo (ALVES, 2018).

Este estudo tem por objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores que possuem alunos com deficiência em suas turmas nas escolas municipais de ensino fundamental localizadas na zona urbana de Cachoeira do Sul/RS, mostrando o quanto são

importantes e necessárias as melhorias no processo educativo, revendo conceitos e paradigmas que visem uma reorganização no sistema educacional e propõem condições de desenvolvimento na educação especial.

A inclusão escolar é um processo gradativo e dinâmico, o qual defende a ideia de que a escola deve garantir uma educação de qualidade a todos, sem distinção de cor, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Para isso, é extremamente necessário que haja um ensino de qualidade que contemple a pedagogia da diversidade.

Este estudo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, a segunda seção aborda o Estado e as Políticas Públicas e a educação especial e educação inclusiva; na seção 3 são apresentados os aspectos metodológicos; a seção 4 apresenta os resultados e, por fim, tem-se as considerações finais.

1 Estado e as Políticas Públicas

A palavra deficiência vem do latim *deficientia*, a qual representa uma condição que caracteriza limitações de caráter biológico (ALVES, 2018). A prática discriminatória às pessoas com deficiência não afeta somente o indivíduo como também a sociedade, destruindo bases democráticas ao promover desigualdades e favorecer a hostilidade. Por isso, segundo Matiskei (2004, p. 187), demonstrar a efetiva importância de defender a isonomia entre as pessoas com deficiência, em termos de direitos à educação, é tarefa do Estado.

Para superar as barreiras que existem no meio social, faz-se necessário desenvolver e implementar políticas públicas com propósito de buscar novos caminhos direcionados ao respeito às diferenças, uma vez que é inaceitável permitir a expropriação dos direitos mais básicos dos cidadãos, como a educação. Matiskei (2004, p. 188) acrescenta que:

[...] nenhuma ação individual consegue atingir metas globais sem o necessário respaldo de um trabalho em rede. O Estado, nesse sentido, será o mediador entre as diferentes instâncias e segmentos sociais para a integração entre regiões e municípios, ONGs, fundações, empresas privadas, movimentos sindicais, organizações religiosas, Instituições de Ensino Superior, entre outros setores da sociedade civil e comunidades organizadas (Kliksberg, 1998) na implementação de ações que assegurem os direitos de todos os cidadãos e, em especial, daqueles que sofrem discriminação ou são marginalizados por diferentes razões.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, já estabelecia, em 1948, que toda pessoa tem direito à educação. No ano de 1990, reforçando tal preceito, surge a Declaração de Jomtien ou Declaração Mundial sobre Educação para Todos, elaborada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como forma de universalizar a escolaridade básica do indivíduo, independentemente de sua cor, raça, idade, gênero, religião etc. enfatizando a necessidade de combater qualquer tipo de discriminação.

Quatro anos mais tarde, em 1994, ainda a nível internacional, reitera-se o direito à educação a todos pela Declaração de Salamanca, que trouxe um conceito inovador ao garantir que as crianças com deficiência fossem inseridas numa escola regular, conforme disposto a seguir (1994, p. 02):

Acreditamos e proclamamos que:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,

- os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes descreminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

No Brasil, destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, primeiro instrumento de regularização da educação no país, o qual inspirou o surgimento de leis que regem o sistema educacional brasileiro até hoje.

Há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que está baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a qual previu, em seu artigo 87, a criação do Plano Nacional da Educação (PNE). Com periodicidade decenal, ele visa garantir não somente o acesso, mas a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência junto às classes regulares.

O Decreto nº 7.611, de 2011, tendo em vista o artigo 208, inciso III, da Constituição Federal 1988, dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que traz como dever do Estado, a seguinte diretriz: “não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência” (2011, s/n).

O Plano Municipal Decenal de Educação do Município de Cachoeira do Sul/RS 2015 – 2025, em relação ao atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, destaca que houve investimentos significativos nas estruturas físicas das Escolas da Rede Municipal e Estadual, as quais visam à criação de ambientes acessíveis e adaptados a todos, envolvendo estudo arquitetônico feito por profissionais especializados.

Como metas e estratégias elaboradas no Plano Municipal Decenal de Educação do Município de Cachoeira do Sul/RS 2015 – 2025, tem-se:

[...] implementar a temática teórico metodológica étnico-racial, social, religiosa, geracional e de pessoas com deficiência e posterior enfrentamento do preconceito e discriminação, com a perspectiva de desenvolver práticas educativas, oportunizando a redução da desigualdade, superação do racismo acompanhando a mudança de paradigmas da sociedade, erradicando toda e qualquer forma de preconceito e discriminação à pessoa humana.

Em 06 de julho de 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146), a qual visa assegurar e promover condições de igualdade para o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, tendo como base a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Decreto nº 6.949, de 2009.

Educação Especial e Educação Inclusiva

Durante muito tempo, a educação especial era um sistema paralelo ao educacional geral, segregava a pessoa com deficiência, deixando-a restrita às terapias médicas e psicológicas, sem qualquer preocupação com a capacidade de desenvolvimento intelectual, alfabetização, convívio social etc. Tal modelo de ensino passou a ser questionado com a

Declaração de Salamanca, em 1994, que defendia a prática inclusiva diante do ingresso do aluno com deficiência em uma turma regular, afastando atitudes discriminatórias e buscando promover a educação para todos.

Para promover condições de acesso, participação e aprendizagem aos alunos com deficiência junto à escola regular, houve a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Trata-se de um espaço físico com equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, informática etc., servindo para o atendimento educacional especializado. Garcia (2013, p. 106), destaca que:

O conceito de educação especial como AEE, tal como tratado na documentação coligida, remete para um modelo centrado nos recursos e a ser desempenhado por um professor com formação específica. No conjunto das proposições políticas em âmbito nacional, tal modelo está fixado na SRM.

O foco é oferecer educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos educandos. As crianças irão aprender juntas, não importando suas dificuldades e limitações. As metodologias estão voltadas para a diferenciação curricular inclusiva, a qual é construída com base no contexto dos alunos com deficiência, focando no seu ritmo e estilo de aprendizagem. Sanches (2005, p. 133) bem define:

A diferenciação que inclui não é, por exemplo, dar um teste diferente a um aluno porque ele não domina as questões que são postas aos outros, não é usar o livro do 2.º ano quando ele está matriculado no 4.º e os seus colegas fazem os exercícios do respectivo ano, não é fazer um desenho enquanto os seus colegas fazem uma ficha de matemática, não é o aluno trabalhar com a professora de apoio, dentro ou fora da sala de aula, em atividades que não têm nada a ver com as que estão a ser desenvolvidas pelo seu grupo turma. Não é, certamente, a professora de apoio “colar-se” ao aluno e criar uma relação de privilégio com “este” aluno, dando origem a frases como esta: “Zé, olha, aí vem a tua professora...”.

É necessário que as escolas regulares se adaptem para atender o aluno com deficiência, formando profissionais aptos a reverem as formas de interação, a organizarem projetos pedagógicos inclusivos, a buscarem materiais didáticos, a utilizarem novas metodologias e estratégias de ensino, promovendo desta forma, o desenvolvimento do educando e a efetiva educação inclusiva. Khater e Sousa (2018) afirmam que

A educação inclusiva aponta para uma possibilidade legal de educação para todos, isto é a educação que visa reverter o percurso da exclusão, ao criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos. Desta forma buscamos o ideal de uma escola inclusiva que possa transformar não apenas a estrutura física, mas aspectos subjetivos como as atitudes e a mentalidade dos educadores e de todos os atores da comunidade escolar, para aprender a lidar com as diferenças. (KHATER; SOUSA, 2018, p. 33).

Qualificar todas as crianças, no que se refere aos conteúdos, aos valores, aos conceitos e às experiências no processo de aprendizagem, é saber aceitar as diferenças individuais de cada um.

2 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos professores que possuem alunos com deficiência em suas turmas nas escolas municipais de ensino fundamental de Cachoeira do Sul/RS. Foi realizada uma pesquisa documental, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa (MERRIAM; TISDELL, 2015) que visa abordar o contexto histórico das pessoas com deficiência, o Estado e as políticas públicas, a educação especial e a inclusiva, bem como a inclusão da criança com deficiência nas escolas municipais de ensino fundamental de Cachoeira do Sul/RS.

Em relação aos meios de investigação, utilizou-se a pesquisa de campo (LAKATOS; MARCONI, 2003), buscando informações acerca de como efetivamente ocorre a inclusão escolar do aluno com deficiência numa turma regular. Identificar e descrever as limitações que os educadores enfrentam em seu cotidiano é uma forma de encontrar respostas na tentativa de rever conceitos e assim, propor uma reorganização estrutural.

O universo da pesquisa restou delimitado no município de Cachoeira do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul. O trabalho foi realizado a partir da Secretaria Municipal de Educação, sendo que a cidade possui 22 escolas municipais de ensino fundamental, com apenas 09 localizadas no perímetro urbano. Ressalta-se que a proposta inicial constava em desenvolver a pesquisa em todas instituições, mas devido aos percalços encontrados durante a coleta de dados, bem como a escassez de tempo, restou restrita às urbanas.

Em relação à coleta de dados, aos professores que possuem em suas turmas alunos com deficiência foi aplicado um questionário; e aos orientadores pedagógicos foi realizada uma entrevista com roteiro semiestruturado. A pesquisa contou com uma amostra não-probabilística e a partir dela restaram definidos professores e orientadores pedagógicos da rede municipal de ensino fundamental, responsáveis por educar alunos com deficiência (CARNEVALLI; MIGUEL, 2001).

Em relação aos sujeitos pesquisados, este estudo contou com nove professores da rede municipal de ensino fundamental, os quais possuem em suas turmas alunos com deficiência. A entrevista semiestruturada foi aplicada aos nove orientadores pedagógicos das respectivas redes escolares. À Secretaria Municipal da Educação do Município de Cachoeira do Sul foi solicitada autorização para realização da pesquisa. A escolha dos participantes foi determinada com base na aceitação dos educadores, os quais ratificaram sua concordância por escrito.

A coleta de dados desenvolveu-se por entrevista semiestruturada aos orientadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental, bem como por meio de questionário com perguntas abertas direcionados aos professores que possuem alunos com deficiência em sua turma, durante os meses de abril a junho de 2018. Todas foram transcritas na íntegra e logo após, submetidas à análise de conteúdo.

Com a entrevista semiestruturada e o questionário procurou-se identificar os desafios enfrentados pelos educadores frente à inclusão escolar do aluno com deficiência em uma turma regular, visando esclarecer as práticas pedagógicas utilizadas na escola, os impasses do cotidiano, aspectos positivos e negativos desta inserção, situações-problemas, dificuldades, a necessidade (ou não) de alterações curriculares e equipe interdisciplinar, conquistas no âmbito educacional, dentre outras.

A análise de dados de dados do presente trabalho foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, composta por três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação (BARDIN, 2006). Na primeira etapa foi realizada a preparação do material, a escolha dos documentos, bem como a transcrição das entrevistas e questionários. Na segunda etapa os dados foram reunidos permitindo descrição dos desafios que os educadores enfrentam diante da inclusão escolar. E por fim, o tratamento dos resultados com interpretações, inter-relacionando as descobertas obtidas com a literatura.

3 Resultados e Discussões

Nesta seção, discorre-se acerca dos resultados do estudo.

Inclusão da Criança com Deficiência nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Cachoeira Do Sul/RS

Em relação ao perfil dos professores e orientadores pedagógicos, destaca-se a presença exclusiva de mulheres na faixa etária dos 30 a 58 anos de idade desempenhando ambas as funções; 03 possuem formação em magistério, 01 tem curso superior em Educação Física, 02 em Letras e 12 em Pedagogia. Destas, 11 possuem especialização, das quais podemos destacar os cursos de Supervisão e Orientação Escolar, Educação para Diversidade, Coordenação Pedagógica, Gestão Educacional, Mídias na Educação, Orientação e Administração Escolar, Psicopedagogia e Educação Infantil. Nenhuma possui mestrado ou doutorado.

A experiência adquirida como professor e orientador pedagógico variam de 04 a 29 anos, restando o ensino fundamental como a área de maior vivência dos respondentes. Dos respondente, 16 mantiveram contato anterior com pessoas com deficiência, seja na família, com ex-alunos, amigos ou vizinhos, e todos frequentam cursos de formação continuada junto à Secretaria Municipal de Educação (SMEd), à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ao Sindicato dos Professores Municipais de Cachoeira do Sul (SIPROM), ao Seminário Internacional de Educação (SIEduca), ao Centro Lydia Coriat, à própria escola etc.

Todas as escolas, alvos da presente pesquisa, apresentam projetos pedagógicos que contemplam estratégias sobre a inclusão do aluno com deficiência. As práticas pedagógicas utilizadas pelos educadores variam de acordo com a deficiência apresentada pela criança e envolvem atividades motoras, sensoriais, auditivas e visuais, as quais envolvem jogos, pinturas, confecção de materiais, comunicação alternativa, manuseio de *mouse* adaptado com acionador de pressão etc.

As instituições municipais de ensino dispõem, sem exceção, de uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), com Atendimento Educacional Especializado (AEE) feito por um professor especialista em Educação Especial que atende o aluno incluso uma vez na semana, de 50min a 1h.

Apesar de todas as escolas possuírem Sala de Recursos, os materiais diferenciam-se e adaptam-se a cada ambiente escolar, podendo concretizarem-se em forma de jogos, recursos de multimídia, álbuns com velcro, ábaco, *tablet*, *notebook*, dominó, alfabeto móvel, lupa, lâmina de overlays, boné para acesso de luz, óculos, livros atrativos com letras maiores e lousa digital. Destaca-se que somente uma professora alegou não possuir qualquer tipo de material didático para trabalhar em sala de aula com o aluno incluso, sendo que a mesma confecciona jogos e conta com doações para auxiliar na aprendizagem do mesmo.

Em unanimidade, professores e orientadores buscam aprimorar as práticas pedagógicas frequentando reuniões, buscando novos cursos de formação continuada, participando de oficinas e palestras, pesquisando/estudando, trocando experiência com colegas, experimentando novas atividades, explorando materiais diversos e fazendo uma autoavaliação como docente.

Em relação à inserção da criança com deficiência na turma, os educadores têm como primeiros procedimentos frente ao ingresso do aluno na turma regular, o acolhimento, a recepção e a integração. Há a busca de informações junto à família, bem como a preparação

da turma para lidar com a diferença, promovendo a socialização e a efetiva inclusão. E por fim, adaptação curricular.

Até o presente momento da entrevista e aplicação do questionário, as respostas mantiveram-se próximas e algumas até idênticas. Porém, ao serem questionados sobre acreditar ou não na inclusão do aluno com deficiência numa turma regular, os professores e orientadores pedagógicos trouxeram opiniões diversas e conflitantes.

Quatorze respondentes acreditam que a criança com deficiência deva estar inserida em uma turma regular, tendo como base a troca de experiências entre os alunos, o convívio social, o desenvolvimento do intelecto, a felicidade pessoal e a satisfação em estar presente. Todavia, houve 04 relatos contrários, com afirmações de atrapalhar o rendimento escolar dos demais, tomar/exigir mais tempo do educador, e de ser cansativo e sofrido para o aluno incluso ficar sentado por horas sem entender nada, sem enxergar ou mesmo ouvir.

Como aspectos positivos da inclusão escolar, os educadores destacaram a sociabilidade, o conhecimento de um ambiente novo, a amizade, o progresso do aluno, o convívio, o respeito às diferenças e os valores como solidariedade e integração. Já com negativos, trouxeram a falta de atendimento específico voltado à criança inclusa e de profissional capacitado para trabalhar com ela, o isolamento por parte de alguns colegas, frustrações em não conseguir desenvolver certas atividades, gritos, surtos e agressões, bem como a própria família, que muitas vezes não auxilia.

Outra questão que levantou discordância foi acerca da efetiva integração do aluno com deficiência na turma regular; 07 respondentes e entrevistados narraram não sentir a criança totalmente integrada, sendo que isto se deve ao tipo de deficiência que ela possui. Normalmente em casos mais graves e acentuados, ela não ocorre.

Por outro lado, 11 professores e orientadores pedagógicos afirmam que o aluno incluso se sente parte do todo. É auxiliado por professores, monitores e até pelos colegas, que buscam compreendê-lo e respeitam suas limitações, fazendo com que se sinta acolhido e desenvolva o intelecto e a sociabilidade.

Para compreendermos os desafios enfrentados pelos docentes, na efetiva inclusão da criança com deficiência, não poderia faltar a pergunta sobre as situações-problemas enfrentadas por eles no cotidiano. Aqui foram trazidos os mais variados percalços possíveis, como falta de monitores; desconhecimento de métodos de ensino para diferentes deficiências; falta de acessibilidade; casos de surto, agressividade, inquietude, palavrões e gritos; a demora em estabelecer a relação professor/aluno; inexistência de laudo especificando a deficiência para então, ter um ponto de partida de onde (e o quê) se deve trabalhar em sala de aula; e, por fim, falta de preparo dos professores e também de materiais didáticos.

Dentre os fatores que dificultam a inclusão escolar, destaca-se a família, que muitas vezes não dispõe de condições financeiras ou não possui interesse; monitores que não possuem experiência/formação adequada; alunos esquizofrênicos, que repetem perguntas, inviabilizando o andamento da aula; falta de profissionais especializados; e escassez de tempo para promover o aprendizado.

De forma geral, professores e orientadores pedagógicos informaram que a família é presente e se envolve no processo de inclusão e aprendizado dos filhos com deficiência. Uma professora destacou haver um caso isolado em sua turma, por meio do qual uma mãe se mostra relutante em aceitar sugestões e trazer materiais solicitados. Outros três educadores narraram dificuldades com as famílias. Todas as escolas possuem apoio técnico, que é feito na Sala de Recursos Multifuncionais, com um professor especializado que atende a criança com deficiência uma vez na semana por aproximadamente uma hora.

Os educadores, em unanimidade, acreditam ser essenciais adaptações curriculares para

receber o aluno com deficiência. Destacam como pontos fundamentais a necessidade de acessibilidade, trabalhos diferenciados de acordo com a deficiência apresentada, dispor de mais materiais pedagógicos, a presença de um educador especial em cada sala de aula e horários mais flexíveis.

Duas professoras relataram trabalhar de acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Tal estudo é elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado em conjunto com o professor da sala regular e do orientador pedagógico, de acordo com a deficiência do aluno.

O questionário aberto respondido pelos professores com alunos inclusos e a entrevista semiestruturada aplicada aos orientadores pedagógicos foi finalizado com as seguintes perguntas: Pra você, quais as principais conquistas no âmbito educacional advindas de ações e/ou políticas que defendem a inclusão? Você acredita que a constituição de uma equipe interdisciplinar seja fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor? Por quê?

Os educadores trouxeram como conquistas no âmbito educacional as adaptações na escola para dar acesso aos alunos com deficiência, a evolução e a independência dos alunos inclusos, o reconhecimento do direito universal à educação das pessoas com deficiência, a convivência, a própria inclusão do aluno na turma regular, a presença de monitores para auxiliar na aprendizagem, o privilégio de conviver com as diferenças, a desconstituição e reconstrução de conceitos sobre a pessoa com deficiência.

Por fim, 16 dos respondentes creem na necessidade de haver uma equipe interdisciplinar para compor a prática inclusiva, uma vez que o trabalho é melhor desenvolvido quando há união de professores, monitores, direção, orientação, supervisão, professor especializado, psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Os educadores entendem que o trabalho em conjunto traz maior qualidade ao que é oferecido em sala de aula, bem como disponibiliza um somatório de conhecimentos.

Considerações Finais

Demonstrar os desafios enfrentados pelos professores na inclusão das crianças com deficiência numa turma regular, dentro das escolas municipais de ensino fundamental, é um meio de elaborar estratégias coerentes com uma proposta de emancipação educacional, fortalecendo as bases democráticas ao promover a igualdade, trazendo autonomia e consciência crítica para todas as pessoas envolvidas nesse processo.

Os resultados mostraram que, embora todas as escolas contemplem projetos pedagógicos voltados para a inclusão da criança com deficiência, bem como possuem Sala de Recursos Multifuncionais com Atendimento Educacional Especializado feito por um professor especialista em Educação Especial, não há efetiva inserção deste aluno. Outrossim, parte do problema vem da falta de capacitação e até interesse do professor, pois ainda que auxiliado pelo profissional especializado e possuindo monitoria, o educador não promove efetivamente a inclusão. Vê neste aluno, principalmente naquele que possui deficiência mais acentuada, alguém que atrapalha o andamento escolar da turma e também não progride em termos de intelecto e sociabilidade.

Alguns educadores não acreditam que a criança com deficiência deva estar inserida em uma turma regular, demonstrando claramente o desinteresse pela prática inclusiva com alegações evasivas de que o aluno incluso atrapalha o andamento escolar, possui crises de gritos, tem surtos e ataques de agressividade, dificultando sobremaneira o desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula com os “normais”.

Outro percalço que inibe o desenvolvimento e a inserção da criança com deficiência numa turma regular é a própria família. Embora a maioria dos educadores possua apoio familiar, existem alguns pais não aceitam a deficiência/limitação do filho, comprometendo seu aprendizado ao impedir que os professores realizem atividades diferenciadas.

Por fim, destaca-se como limitação deste estudo a análise das escolas de apenas um município. Sugere-se que estudos futuros ampliem as pesquisas com abordagem quantitativa a fim de verificar desafios em Estados diferentes de forma a analisar as políticas públicas dentro do tema.

Referências

ALVES, Fabíola Fernanda Patrocínio. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 270-279, 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo: Laurence Bardin. **Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições**, v. 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

CACHOEIRA DO SUL. **Plano Municipal Decenal de Educação do Município de Cachoeira do Sul/RS 2015 – 2025**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/cachoeira-do-sul/lei-ordinaria/2015/441/4404/lei-ordinaria-n-4404-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 20 jun. 2021.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, p. 101-119, 2013.

CARNEVALLI, José Antonio; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil. **XXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção-ENEGEP**, 2001.

KHATER, Eduardo; SOUZA, Kelen Cristina. DIVERSIDADE X INCLUSÃO: Conceito, teoria e prática na educação infantil. **Revista Educação em Foco**. Ed. nº 10. Ano: 2018.

Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003_DIVERSIDADE_X_INCLUS%C3%83O.pdf, Acesso em: 08 jul. 2021

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, p. 185-202, 2004.

MERRIAM, Sharan B.; TISDELL, Elizabeth J. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. John Wiley & Sons, 2015.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 20 setembro. 2020.

REIS, Rosângela Leonel dos. Ross, Paulo Ricardo. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2021.

SALAMANCA, ESPANHA. **Declaração de Salamanca. Dispõe sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, v. 10, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SANCHES, Isabel. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. **Revista lusófona de educação**, n. 5, p. 127-142, 2005.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Brasília: Unicef, 1991. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.